



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 034/2019

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 003/2019, juntamente com o Gestor da área solicitante e da Assessoria Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 034/2019, conforme solicitações da empresa abaixo descrita:

1) Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação n.º 034/2019, formalizado pela empresa **PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI**, por meio de e-mail enviado ao Setor de Licitações. Vejamos o questionamento:

Foi detectada no edital de licitação algumas exigências que ferem os Princípios da Legalidade e da Isonomia, abaixo listada:

A) Declaração de Fabricante

11. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

(...)

11.1.2 Para comprovação da qualificação técnica

(...)

II – **Declaração da Microsoft** autorizando a revenda a fornecer licenciamento dos softwares objeto da presente licitação.

I. DA LEGISLAÇÃO QUANTO A EXIGÊNCIA FORA DA LEGISLAÇÃO

1. O Edital exige que o licitante vencedor apresente Declaração emitida pelo fabricante autorizando a fornecer licenciamento dos softwares objeto da presente licitação.

2. Entretanto, essa exigência não encontra previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames.

3. Ora, a **CONSEQUÊNCIA DIRETA DA EXIGÊNCIA EM COMENTO É A LIMITAÇÃO DE PARTICIPANTES.**

4. Isso porque as exigências de habilitação nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às 'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

5. Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais.

6. Ocorre que a exigência de qualquer declaração e/ou certificado emitido por fabricante - de que a licitante seria uma empresa credenciada - constitui clara infração ao ordenamento jurídico pátrio, entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União. (...)

7. O Acórdão 2613/2018, TCU, PLENÁRIO, Relator Ministro VITAL DO RÊGO, **Data da decisão 14/11/2018**, foi categórico ao entender que **DECLARAÇÃO DE FABRICANTE CAUSAM CARÁTER RESTRITIVO E QUE NÃO GARANTEM O PERFEITO ATENDIMENTO AO ÓRGÃO.**

(...)

8. O MPF fez recomendação a prefeituras quanto a FRAUDE EM LICITAÇÃO:

(...)

CONSIDERANDO que a doutrina e a experiência de investigações anteriores **permite descrever diversas tipologias de fraudes em licitações**, a exemplo de "projeto mágico", edital restritivo, publicidade precária, julgamento negligente, conivente ou deficiente, contratação direta indevida, cartelização, entre outros;

(...)



O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com o objetivo de garantir os direitos constitucionais e legais mencionados, **RECOMENDA** ao Prefeito de_____:

(...) g) que tome as providências para evitar nas licitações as seguintes cláusulas restritivas:

(...) g.12) a **exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade, ou credenciamento, como condição para habilitação de licitante não tem amparo legal, conforme Acórdão nº 1.350/2015 - Plenário TCU;**

Link: <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/combate-a-corrupcao-mpf-recomenda-a-36-municipios-baianos-adocao-de-medidas-para-evitar-fraudes-em-licitacoes>

Ainda,

9. Em solicitação de esclarecimento feita ao CEPEL, quanto as mesmas questões, entendeu-se, em nome dos Princípios da Legalidade, deferir a favor da empresa Pisontec, o qual pode ser conferido através do link <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/L-766716/QRESP000619-1.PDF>.

10. Ainda em relação a Declaração de Fabricante segue link da resposta dada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC, por meio do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019. Processo Administrativo nº 01242.000116/2018-04, na qual entende que a solicitação de Declaração de Fabricante fere ao Princípio da Competitividade, excluindo conforme instruções jurisprudenciais do TCU a Declaração do Fabricante. <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/avisos4.asp?qaCod=914874&texto=R>

11. Diante de todo o exposto, em respeito aos princípios da legalidade, da Ampla Concorrência e da Isonomia, entendemos que:

Tendo em vista a afronta à legislação vigente, bem como ao entendimento do TCU, da SEFTI e da legislação vigente, bem como pode ser considerado Indício de Fraude NÃO SERÁ exigido Declaração de Fabricante solicitada no subitem II -Declaração da Microsoft, podendo ser substituído por Atestado de Capacidade Técnica que comprovam a comercialização dos produtos e serviços.

Está correto nosso entendimento?

ESCLARECEMOS que: A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL está sujeita à Lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e não mais a Lei 8.666/93. Ademais possui seu próprio Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Após solicitação de apreciação pelo Gestor da área solicitante e da Assessoria Jurídica, **entendo não causar prejuízo ao pleito o atendimento à solicitação, sendo o Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a venda e/ou fornecimento de licenças Microsoft anteriormente a outros órgãos públicos ou privados, o suficiente para a participação no certame.**

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o **12 de julho de 2019, às 9:00 horas**, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 04 de julho de 2019.

SIMONE DE FÁTIMA CAMILLO
Agente de Licitação